

Concessionária do
Sistema
Anhanguera -
Bandeirantes S.A.

**Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais**



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais (ITR)

Aos
Aos Acionistas e Administradores da,
Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.
Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme nota explicativa 1.1, às informações contábeis intermediárias, do período findo em 30 de junho de 2019, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento") do qual a Companhia é



parte integrante. Os efeitos desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais. Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	36
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39
--	----



Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
Total	175.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	3.844.729	3.668.683
1.01	Ativo Circulante	795.302	440.271
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.915	12.240
1.01.02	Aplicações Financeiras	369.330	20.883
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	369.330	20.883
1.01.03	Contas a Receber	137.210	130.165
1.01.03.01	Clientes	137.210	130.165
1.01.03.01.01	Contas a Receber	135.828	128.675
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	1.382	1.490
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.738	4.063
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.852	5.582
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	272.257	267.338
1.01.08.03	Outros	272.257	267.338
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	111.281	106.213
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	159.860	159.860
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	747	981
1.01.08.03.04	Outros Créditos	369	284
1.02	Ativo Não Circulante	3.049.427	3.228.412
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.097.942	1.177.666
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	793	823
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.670	1.575
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.095.479	1.175.268
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.134	1.116
1.02.01.10.04	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	1.092.373	1.172.302
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais e Outros	1.972	1.850
1.02.03	Imobilizado	59.891	64.495
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	50.694	54.362
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	9.197	10.133
1.02.04	Intangível	1.891.594	1.986.251
1.02.04.01	Intangíveis	1.891.594	1.986.251
1.02.04.01.02	Intangível	1.882.838	1.967.636
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	8.756	18.615



DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	3.844.729	3.668.683
2.01	Passivo Circulante	1.159.194	1.202.337
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.672	15.448
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.680	1.958
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.992	13.490
2.01.02	Fornecedores	22.803	24.676
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	22.759	24.432
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	44	244
2.01.03	Obrigações Fiscais	99.680	145.500
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	89.030	135.848
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	80.850	127.088
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a recolher	8.180	8.760
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	10.650	9.652
2.01.03.03.01	ISS a recolher	10.142	9.652
2.01.03.03.02	ISS Parcelado	508	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	735.502	724.618
2.01.04.02	Debêntures	735.502	724.618
2.01.05	Outras Obrigações	286.537	292.095
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	278.643	279.925
2.01.05.02	Outros	7.894	12.170
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.669	2.813
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.225	9.357
2.02	Passivo Não Circulante	2.047.272	1.991.678
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.859.944	1.803.819
2.02.01.02	Debêntures	1.859.944	1.803.819
2.02.02	Outras Obrigações	10.293	10.441
2.02.02.02	Outros	10.293	10.441
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	10.293	10.441
2.02.03	Tributos Diferidos	127.578	129.952
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	127.578	129.952
2.02.04	Provisões	49.457	47.466
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.457	47.466
2.02.04.01.05	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	47.974	47.466
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições parcelados	1.483	0
2.03	Patrimônio Líquido	638.263	474.668
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	49.350	227.918
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	178.568
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	342.163	0



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	499.397	995.584	488.732	1.014.308
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-162.122	-315.627	-167.616	-333.828
3.02.01	Custo de Construção	-2.054	-6.207	-15.048	-43.455
3.02.02	Provisão de Manutenção	0	0	-210	-431
3.02.03	Depreciação e Amortização	-53.881	-102.663	-50.080	-93.884
3.02.04	Custo de Outorga	-48.142	-96.196	-47.723	-95.775
3.02.05	Serviços	-33.045	-59.274	-26.677	-45.279
3.02.06	Custo com Pessoal	-16.971	-34.275	-20.276	-38.103
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-4.853	-10.017	-4.455	-10.108
3.02.08	Outros	-3.176	-6.995	-3.147	-6.793
3.03	Resultado Bruto	337.275	679.957	321.116	680.480
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.118	-57.729	-32.389	-70.615
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.941	-59.716	-33.156	-72.183
3.04.02.01	Serviços	-14.008	-28.850	-14.828	-29.526
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-4.163	-8.962	-6.973	-12.639
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-417	-692	-191	-410
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.008	-1.987	-1.179	-2.355
3.04.02.05	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-2.500	-3.578	-3.087	-4.930
3.04.02.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	1.969	-508	-3.155	-15.293
3.04.02.07	Lei Rouanet, incentivos audiovisuais e esportivos	-1.740	-1.740	-1.573	-2.798
3.04.02.08	Água, luz, telefone, internet e gás	-253	-557	-262	-511
3.04.02.09	Contribuições a sindicatos e associações de classe	-756	-1.456	-504	-993
3.04.02.10	Gastos com viagens e estadias	-1	-1	-2	-5
3.04.02.11	Outros	-5.064	-11.385	-1.402	-2.723
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	825	2.016	914	1.756
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2	-29	-147	-188
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	310.157	622.228	288.727	609.865
3.06	Resultado Financeiro	-51.917	-103.237	-50.084	-103.322



DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	258.240	518.991	238.643	506.543
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-86.219	-176.828	-80.067	-171.045
3.08.01	Corrente	-86.776	-179.202	-78.117	-171.722
3.08.02	Diferido	557	2.374	-1.950	677
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	172.021	342.163	158.576	335.498
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	172.021	342.163	158.576	335.498
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,98298	1,95522	0,90615	1,91713
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,98298	1,95522	0,90615	1,91713



DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	172.021	342.163	158.576	335.498
4.03	Resultado Abrangente do Período	172.021	342.163	158.576	335.498



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 30/06/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	578.706	485.199
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	636.780	584.938
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	342.163	335.498
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-2.374	-677
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	79.929	28.171
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	104.650	96.239
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado	30	191
6.01.01.06	Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamento	0	8.180
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	112.611	118.664
6.01.01.09	Juros e variação monetária sobre Mútuo com Partes Relacionadas	8.739	9.033
6.01.01.11	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-18	-81
6.01.01.12	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	5.181	17.810
6.01.01.13	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	0	431
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	0	138
6.01.01.15	Capitalização de Custo de Empréstimos	-911	-5.205
6.01.01.16	Resultado de Operações com Derivativos	-13.224	-23.460
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	4	6
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-58.074	-99.739
6.01.02.01	Contas a Receber com Clientes	-7.135	333
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	13	-177
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	2.307	6.507
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	2.553	2.450
6.01.02.05	Despesas Antecipadas e Outorga Fixa	0	-63.095
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	234	-2.124
6.01.02.07	Fornecedores	-1.877	2.657
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	41	-1.119
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	-776	-1.475
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para Impostos	177.563	158.038
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-221.900	-188.739
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	-144	-176
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	0	-3.628
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-4.280	-6.676
6.01.02.15	Pagamento para Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-4.673	-2.515
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-354.278	25.906
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-4.555	-5.596
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-7.040	-47.033
6.02.04	Outros de ativo imobilizado e intangível	5.764	0
6.02.10	Aplicações financeiras liquidas de resgate	-348.447	78.535
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-224.753	-416.753
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Custo de Transação	0	-83



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Principal	0	-173.336
6.03.03	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Juros	-38.829	-35.164
6.03.05	Liquidação de Operações com Derivativos	1.383	-10.125
6.03.07	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-178.568	-188.725
6.03.08	Cessão Onerosa - Pagamento de Juros	-8.739	-9.320
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-325	94.352
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.240	10.732
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.915	105.084



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	227.918	0	0	474.668
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	227.918	0	0	474.668
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-178.568	0	0	-178.568
5.04.06	Dividendos	0	0	-178.568	0	0	-178.568
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	342.163	0	342.163
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	342.163	0	342.163
5.07	Saldos Finais	246.750	0	49.350	342.163	0	638.263



DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	238.086	0	0	484.836
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	238.086	0	0	484.836
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-188.725	0	0	-188.725
5.04.06	Dividendos	0	0	-188.725	0	0	-188.725
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	335.498	0	335.498
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	335.498	0	335.498
5.07	Saldos Finais	246.750	0	49.361	335.498	0	631.609



DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	1.090.273	1.104.664
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.089.344	1.099.050
7.01.02	Outras Receitas	911	5.205
7.01.02.01	Juros capitalizados	911	5.205
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	18	409
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-127.977	-161.711
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-73.086	-59.508
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.684	-58.317
7.02.04	Outros	-6.207	-43.886
7.02.04.01	Custo de construção	-6.207	-43.455
7.02.04.02	Provisão de manutenção	0	-431
7.03	Valor Adicionado Bruto	962.296	942.953
7.04	Retenções	-104.650	-96.239
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-104.650	-96.239
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	857.646	846.714
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.597	67.095
7.06.02	Receitas Financeiras	31.597	67.095
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	889.243	913.809
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	889.243	913.809
7.08.01	Pessoal	38.179	45.136
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.248	31.397
7.08.01.02	Benefícios	12.846	11.479
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.337	1.502
7.08.01.04	Outros	748	758
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	276.288	261.877
7.08.02.01	Federais	221.863	208.804
7.08.02.02	Estaduais	183	219
7.08.02.03	Municipais	54.242	52.854
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	232.613	271.298
7.08.03.01	Juros	135.366	174.754
7.08.03.02	Aluguéis	1.051	769
7.08.03.03	Outras	96.196	95.775
7.08.03.03.01	Outorga	96.196	95.775
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	342.163	335.498
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	342.163	335.498



Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

Abril a Junho/2019

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 2T19.

1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 497,3 milhões (5,0%);
- O EBIT atingiu R\$ 310,1 milhões (7,4%) e a margem EBIT 62,1% (3,0 p.p.);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 405,0 milhões (10,3%) e a margem EBITDA ajustada 81,4% (3,9 p.p.);
- O lucro líquido atingiu R\$ 172,0 milhões (8,4%).

Indicadores (R\$ MM)	2T19	2T18	Var.%
Receita Líquida Operacional*	497,3	473,7	5,0%
EBIT	310,1	288,8	7,4%
Margem EBIT Ajustada	62,4%	61,0%	1,4 p.p.
EBITDA (ajustado)	405,0	367,3	10,3%
Margem EBITDA (ajustada)	81,4%	77,5%	3,9 p.p.
Lucro Líquido	172,0	158,6	8,4%

*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unid. (Veq¹)	2T19	2T18	Var.%
Veículos de Passeio (Eq)	30.926.708	28.793.840	7,4%
Veículos Comerciais (Eq)	32.667.147	33.619.474	-2,8%
Veículos Equivalentes	63.593.855	62.413.314	1,9%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.



Comentário do Desempenho

Tráfego consolidado (1,9%)

O tráfego consolidado apresentou aumento de 1,9% sobre o mesmo período do ano anterior, substancialmente devido aos efeitos da greve dos caminhoneiros que ocorreu em maio/18.

Veículos de passeio (7,4%)

A categoria sofreu aumento de 7,4% no 2T19 em comparação ao mesmo período do ano anterior, apresentando crescimento devido aos efeitos da greve dos caminhoneiros que ocorreu em maio/18.

Veículos comerciais (-2,8%)

A categoria apresentou uma queda de 2,8% no 2T19 em comparação ao mesmo período do ano anterior, substancialmente devido a interrupção da cobrança de pedágio para eixo suspenso.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional (R\$ mil)	2T19	2T18	Var. %
Receita de Pedágio	534.842	506.819	5,5%
Receita Partes Relacionadas	819	764	7,2%
Receitas Acessórias	8.816	9.590	-8,1%
Receita Bruta Operacional Total	544.477	517.173	5,3%

Receita Bruta de Construção (R\$ mil)	2T19	2T18	Var. %
Total	2.054	15.048	-86,4%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAN, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 2T19 os principais investimentos realizados pela companhia foram aquisições de equipamentos para melhorar a infraestrutura das praças de pedágio.



Comentário do Desempenho

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 2T19 (conforme demonstrado no quadro 1.1) é 5,0% maior do que o mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total foi de 8,65% sobre a receita operacional bruta totalizaram o valor de R\$ 47,1 milhões.

Custos e despesas totais

Custos (R\$ mil)	2T19	2T18	Var. %
Custo de Construção	2.054	15.048	-86,4%
Provisão de Manutenção	0	210	-100,0%
Depreciação e Amortização	54.889	51.259	7,1%
Custo da Outorga	48.142	47.723	0,9%
Serviços de Terceiros	47.053	41.505	13,4%
Pessoal	21.134	27.249	-22,4%
Materiais, Equipamentos e Veículos	5.270	4.646	13,4%
Outros	10.698	12.365	-13,5%
Custos Totais	189.240	200.005	-5,4%

Custo de construção: O custo de construção sofreu uma redução de 86,4% no 2T19 comparado ao 2T18, esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período, principalmente pela finalização da implantação do Complexo Jundiá.

Provisão de manutenção: A companhia deixou de contabilizar a provisão de manutenção devido ao fim das manutenções programadas estabelecidas no contrato de concessão.

Depreciação e amortização: O aumento das despesas no 2T19 em comparação ao 2T18, se deve ao início da depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 2T18 e o 2T19.

Custo da outorga: O custo da outorga no 2T19 em comparação ao mesmo período do ano anterior não sofreu variações significativas.

Serviços de Terceiros: Os valores do 2T19 estão 13,4% maiores do que no 2T18, substancialmente devido ao aumento nos custos de conservação da sinalização horizontal e de recuperação do pavimento.

Pessoal: Os valores do 2T19 estão 22,4% menores em relação ao 2T18 substancialmente devido à redução no quadro de funcionários.

Materiais, Equipamentos e Veículos: Os valores do 2T19 estão 13,4% maiores em relação ao 2T18 substancialmente devido ao aumento nos custos de materiais para manutenção e conservação.



Comentário do Desempenho

Outros: Os valores do 2T19 estão 13,5% menores do que no 2T18, devido principalmente a redução dos valores de provisões para contingências jurídicas, campanhas, eventos promocionais e projetos de incentivo à cultura.

EBITDA

Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)	2T19	2T18	Var. %
Lucro Líquido	172,0	158,6	8,4%
(+) IR/CS	86,2	80,1	7,6%
(+) Resultado Financeiro Líquido	51,9	50,1	3,6%
(+) Depreciação e Amortização	54,9	51,3	7,0%
EBITDA (a)	365,0	340,1	7,3%
Margem EBITDA (a)	73,1%	69,6%	3,5 p.p.
(+) Despesas antecipadas (b)	40,0	27,0	48,1%
(+) Provisão de Manutenção (c)	0,0	0,2	-100,0%
EBITDA ajustado	405,0	367,3	10,3%
Margem EBITDA ajustada (d)	81,4%	77,5%	3,9 p.p.

EBIT

Reconciliação EBIT (R\$ MM)	2T19	2T18	Var. %
Lucro Líquido	172,0	158,6	8,4%
(+) IR/CS	86,2	80,1	7,6%
(+) Resultado Financeiro Líquido	51,9	50,1	3,6%
EBIT (a)	310,1	288,8	7,4%
Margem EBIT (a)	62,1%	59,1%	3,0 p.p.
Margem EBIT Ajustada (e)	62,4%	61,0%	1,4 p.p.

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

(e) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.



Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)	2T19	2T18	Var.%
Despesas Financeiras	70,5	83,2	-15,3%
Juros e Variações Monetárias	59,4	56,4	5,3%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	0,0	7,1	-100,0%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	4,4	4,5	-2,2%
Perda com operações de derivativos	6,6	11,5	-42,6%
Capitalização de custos dos empréstimos	-0,4	-1,2	-66,7%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	0,0	4,0	-100,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	0,5	0,9	-44,4%
Receitas Financeiras	-18,5	-33,1	-44,1%
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-1,7	-0,3	466,7%
Ganho com operações de derivativos	-7,4	-25,9	-71,4%
Valor justo sobre financiamentos (fair value option)	-6,1	-4,6	32,6%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-3,0	-1,9	57,9%
Juros e outras receitas financeiras	-0,3	-0,4	-0,3
Resultado Financeiro Líquido	52,0	50,1	3,8%

O Resultado Financeiro Líquido no 2T19 variou 3,8% comparado com o 2T18, principalmente pela variação dos indexadores das dívidas, da 5ª emissão de notas promissórias, liquidação da operação 4131, liquidação da 5ª Emissão de debêntures, 9ª emissão de debêntures e amortização de parte do endividamento.

2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes (un)	2T19	2T18	Var.%
Total de acidentes	1.525	1.258	21,2%
Total de vítimas	1.020	825	23,6%

A Diretoria.



Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de junho de 2019

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
 - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
 - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
 - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
 - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
 - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21.
 - Recuperação do trevo do km 62.
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
 - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
 - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
 - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

Neste semestre não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.



Notas Explicativas

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Abaixo listamos os principais processos que tiveram andamento em 2019.

i. Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo MP/SP contra a Companhia e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da Companhia, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a Companhia foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a Companhia apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em primeira instância, a Companhia apresentou contestação em 10 julho de 2014. Em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação. Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação. Em 19 de abril de 2018, a Companhia apresentou petição no STJ, informando a sentença nos autos originários e a consequente perda superveniente do objeto dos recursos excepcionais.

Em 12 de junho de 2019, foi proferido acórdão dando provimento ao recurso do Ministério Público para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à instância ordinária, para que fosse apreciada eventual necessidade de produção de provas e consequentemente apreciar o mérito da ação. Aguarda-se publicação referido acórdão.

ii. Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026956-86.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela Companhia foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à suspensão de liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de São Paulo. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação, que, em 04 de outubro de 2016, tiveram seu julgamento convertido em diligência, para que seja realizada prova pericial destinada a apurar se está correto o índice de atualização monetária aplicado pelo Estado às tarifas cobradas pela Companhia, por ocasião do reajuste de 2014. Contra essa decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 04 de abril de 2017. Em 10 de julho de 2017, o



Notas Explicativas

processo foi remetido à primeira instância para a realização da prova pericial determinada pelo TJSP.

Em 06 de março de 2019, o laudo pericial foi juntado aos autos. Após apresentação da manifestação das partes sobre o laudo pericial, o Estado de São Paulo apresentou alegações finais em 30 de maio de 2019 e a Companhia em 13 de junho de 2019.

Tendo sido concluída a diligência determinada pelo TJSP, em 19 de junho de 2019, foi determinada a remessa dos autos à 3ª Câmara de Direito Público para retomada do julgamento da apelação interposta pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP.

A administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

1.1 Processo de investigação

Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual a Companhia é parte integrante, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, que será posteriormente encaminhado para homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265, paga em 11 de março de 2019, e o saldo remanescente será pago em 1º de março de 2020. Tais valores são corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo.

Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo.

As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça, não tendo a controladora CCR e a Companhia, conseqüentemente, acesso à documentação e informações correlatas. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais.

A Companhia e sua controladora CCR continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados.

2. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2019, do Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.



Notas Explicativas

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A Companhia não identificou impactos em suas informações trimestrais do período findo em 30 de junho de 2019 e em 1º de janeiro de 2019 em função da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 - Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações intermediárias.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 08 de agosto de 2019, foi autorizado pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 363.892 (R\$ 762.066 em 31 de dezembro de 2018), substancialmente composto por debêntures a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.



Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	11.915	12.240
Total - Caixa e equivalentes de caixa	11.915	12.240
	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	369.330	20.883
Total - Aplicações financeiras	369.330	20.883

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 98,72% do CDI, equivalente a 6,32% ao ano (98,47% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2018).

7. Contas a receber

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	2.466	2.464
Pedágio eletrônico (b)	133.500	126.367
	135.966	128.831
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(138)	(156)
	135.828	128.675

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Créditos a vencer	135.693	128.536
Créditos vencidos até 60 dias	132	120
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	3	19
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	30	66
Créditos vencidos há mais de 180 dias	108	90
	135.966	128.831

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos



Notas Explicativas

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	258.240	518.991	238.643	506.543
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(87.802)	(176.457)	(81.139)	(172.225)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis (a)	(648)	(2.907)	(467)	(611)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(23)	(67)	(277)	(355)
Incentivo relativo ao imposto de renda	1.674	2.018	1.431	1.758
Outros ajustes tributários (a)	580	585	385	388
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(86.219)	(176.828)	(80.067)	(171.045)
Impostos correntes	(86.776)	(179.202)	(78.117)	(171.722)
Impostos diferidos	557	2.374	(1.950)	677
	(86.219)	(176.828)	(80.067)	(171.045)
Alíquota efetiva de impostos	33,39%	34,07%	33,55%	33,77%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/12/2018	Reconhecido no resultado	30/06/2019		
			Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.779	(668)	1.111	1.111	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	53	(6)	47	47	-
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16.139	172	16.311	16.311	-
Resultado de operações com derivativos	(32.972)	(4.140)	(37.112)	-	(37.112)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(115.568)	7.273	(108.295)	108.196	(216.491)
Provisão com AudioVisual	297	-	297	297	-
Provisão para fornecedores	304	(304)	-	-	-
Outros	16	47	63	63	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(129.952)	2.374	(127.578)	126.025	(253.603)
Compensação de imposto	-	-	-	(126.025)	126.025
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(129.952)	2.374	(127.578)	-	(127.578)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Circulante	4.585	4.585	155.275	155.275	159.860	159.860
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Não Circulante	31.329	33.621	1.061.044	1.138.681	1.092.373	1.172.302



Notas Explicativas

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2019, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 79.929 (R\$ 108.101 no exercício de 2018).

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações					
	01/04/2019 a 30/06/2019			01/01/2019 a 30/06/2019		
	Serviços prestados	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Receitas	Despesas financeiras
Controladora						
CCR	5.548 (a)	-	4.393 (c)	11.096 (a)	-	8.739 (c)
Outras partes relacionadas						
CPC	10.707 (b)	426	-	20.685 (b)	852	-
Samm	263 (f)	393 (d)	-	524 (f)	782 (d)	-
Total	16.518	819	4.393	32.305	1.634	8.739

	Transações							
	01/04/2018 a 30/06/2018				01/01/2018 a 30/06/2018			
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras
Controladora								
CCR	5.350 (a)	-	-	4.461 (c)	10.700 (a)	-	-	9.033 (c)
Outras partes relacionadas								
CPC	10.361 (b)	-	409	-	20.509 (b)	-	817	-
Samm	485 (f)	-	355 (d)	-	485 (f)	-	702 (d)	-
Camargo Correa	-	3.797 (g)	-	-	-	17.006 (g)	-	-
Total	16.196	3.797	764	4.461	31.694	17.006	1.519	9.033

	30/06/2019		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR S.A.	33 (e)	273.475 (c)	1.776 (a)
Outras partes relacionadas			
CPC	293 (b) (e)	-	3.339 (b)
Samm	2.726 (d)	-	53 (f)
Total circulante, 30 de junho de 2019	1.382	273.475	5.168
Total não circulante, 30 de junho de 2019	1.670	-	-
Total, 30 de junho de 2019	3.052	273.475	5.168



Notas Explicativas

	31/12/2018		
	Saldos		
	Ativo	Passivo	
	Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladora			
CCR S.A.	42 (a) (e)	273.475 (c)	1.682 (a)
Outras partes relacionadas			
CPC	305 (b) (e)	-	3.418 (b)
RodoAnel Oeste	3 (e)	-	6 (e)
Metrô Bahia	2 (e)	-	13 (e)
RodoNorte	82 (e)	-	7 (e)
Samm	2.631 (d)	-	-
Camargo Correa Infra Construções S.A	-	-	1.324 (g)
Total circulante, 31 de dezembro de 2018	1.490	273.475	6.450
Total não circulante, 31 de dezembro de 2018	1.575	-	-
Total, 31 de dezembro de 2018	<u>3.065</u>	<u>273.475</u>	<u>6.450</u>

Despesas com profissionais chave da administração

	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018
Remuneração: (h)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	314	610	568	1.163
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte (Reversão)/Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	178 (589)	355 (589)	314 1.037	628 1.037
Previdência privada	14	28		
Seguro de vida	-	1	1	2
	<u>(83)</u>	<u>405</u>	<u>1.920</u>	<u>2.830</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	30/06/2019	31/12/2018
Remuneração dos administradores (h)	450	1.369

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2019, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.200, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste



Notas Explicativas

vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;

- (d) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (e) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (f) Serviços de transmissão de dados prestados pela Samm;
- (g) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiá, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorreram em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor. Exceto pela retenção de caução, que será quitada após cumprimento de determinadas cláusulas contratuais; e
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo Imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2018		30/06/2019		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.144	-	(4)	13	3.153
Máquinas e equipamentos	52.599	-	(21)	2.460	55.038
Veículos	20.092	-	(645)	414	19.861
Equipamentos operacionais	155.618	-	(21)	1.982	157.579
Imobilizações em andamento	10.133	4.894	-	(5.830)	9.197
	<u>241.586</u>	<u>4.894</u>	<u>(691)</u>	<u>(961)</u>	<u>244.828</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 339 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 407 no semestre findo em 30 de junho de 2018). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2019 e 2018 foi de 0,46% a.m. e de 0,45% a.m., respectivamente (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2018		30/06/2019	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(2.199)	(109)	3	(2.305)
Máquinas e equipamentos	11	(30.714)	(2.899)	20	(33.593)
Veículos	25	(14.875)	(1.368)	623	(15.620)
Equipamentos operacionais	14	(129.303)	(4.131)	15	(133.419)
		<u>(177.091)</u>	<u>(8.507)</u>	<u>661</u>	<u>(184.937)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.



Notas Explicativas

12. Intangível e intangível em construção

Movimentação do custo

	31/12/2018	30/06/2019			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Transfêrências	Outros (b)	
Direitos de exploração da infraestrutura	3.301.201	-	16.148	(8.500)	3.308.849
Direitos de uso de sistemas informatizados (a)	14.883	-	701	-	15.584
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados (a)	5.457	-	260	-	5.717
Intangível	3.321.541	-	17.109	(8.500)	3.330.150
Intangível em Construção	18.615	6.289	(16.148)	-	8.756

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 572 no semestre findo em 30 de junho de 2019 (R\$ 4.798 no semestre findo em 30 de junho de 2018). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2019 e 2018 foi de 0,46% a.m. e 0,45% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures).

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2018	30/06/2019		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Outros (b)	
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(1.336.593)	(95.454)	2.736	(1.429.311)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.976)	(647)	-	(12.623)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.336)	(42)	-	(5.378)
		(1.353.905)	(96.143)	2.736	(1.447.312)

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificação do ativo imobilizado para o intangível.

(b) R\$ 5.764 refere-se a baixa de ativo contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

13. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2019	Vencimento Final	30/06/2019	31/12/2018
5a Emissão - (Notas promissórias)	106,75% do CDI	0,2246% (b)	4.629	2.062	Outubro de 2020	773.662	748.218 (d)
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7365% (a)	-	-	Outubro de 2019	224.254	491.271 (d)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	496.602	218.768 (d)
8a Emissão - Série única	IPCA + 5,4705% a.a.	5,8694% (a)	11.925	7.753	Julho de 2022	783.631	763.299 (e)
9a Emissão - Série única	109,5% do CDI	0,0396% (b)	366	257	Agosto de 2021	317.297	306.881 (e)
Total geral				10.072		2.595.446	2.528.437
						30/06/2019	31/12/2018
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						739.532	728.581
Custos de transação						(4.030)	(3.963)
						735.502	724.618
Não Circulante							
Debêntures e notas promissórias						1.865.986	1.811.894
Custos de transação						(6.042)	(8.075)
						1.859.944	1.803.819

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.



Notas Explicativas

- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.

Garantias:

- (d) Não existem garantias.
- (e) Fiança corporativa da CCR em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2019</u>
2020	775.724
2021	317.555
2022	<u>772.707</u>
Total	<u><u>1.865.986</u></u>

A Companhia possui contratos de debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, ou seja, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

Para maiores detalhes sobre as debêntures e notas promissórias, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2018</u>		<u>30/06/2019</u>			Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Pagamentos		
Não circulante							
Cíveis	3.233	5.131	(991)	(2.522)	326	5.177	
Trabalhistas e previdenciários	5.765	3.006	(601)	(2.151)	514	6.533	
Tributários	38.468	-	(5.673)	-	3.469	36.264	
	<u>47.466</u>	<u>8.137</u>	<u>(7.265)</u>	<u>(4.673)</u>	<u>4.309</u>	<u>47.974</u>	



Notas Explicativas

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>30/06/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cíveis e administrativo	2.619	8.806
Trabalhistas e previdenciários	2.722	5.345
Tributárias	3.854	3.840
	<u>9.195</u>	<u>17.991</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de junho de 2019 é de R\$ 89.086 (R\$ 86.716 em 31 de dezembro de 2018).

15. Patrimônio Líquido

a. Lucro básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/04/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/01/2019 a 30/06/2019</u>	<u>01/04/2018 a 30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a 30/06/2018</u>
Numerador				
Lucro líquido do período	172.021	342.163	158.576	335.498
Denominador				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>0,98298</u>	<u>1,95522</u>	<u>0,90615</u>	<u>1,91713</u>

b. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 28 de março de 2019, foi aprovado através da Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos à conta de Dividendos Adicionais Propostos do exercício de 2018 no montante de R\$ 178.568, correspondente a R\$ 1,02 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 28 de março de 2019.



Notas Explicativas

16. Receitas

	<u>01/04/2019 a</u> <u>30/06/2019</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>30/06/2019</u>	<u>01/04/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>
Receitas de pedágio	534.842	1.064.016	506.819	1.035.762
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	2.054	6.207	15.048	43.455
Receitas de partes relacionadas	819	1.634	764	1.519
Receitas acessórias	8.816	17.487	9.590	18.314
Receita bruta	<u>546.531</u>	<u>1.089.344</u>	<u>532.221</u>	<u>1.099.050</u>
Impostos sobre receitas	(47.133)	(93.757)	(42.804)	(84.053)
Abatimentos	(1)	(3)	(685)	(689)
Deduções das receitas brutas	<u>(47.134)</u>	<u>(93.760)</u>	<u>(43.489)</u>	<u>(84.742)</u>
Receita líquida	<u>499.397</u>	<u>995.584</u>	<u>488.732</u>	<u>1.014.308</u>

17. Resultado financeiro

	<u>01/04/2019 a</u> <u>30/06/2019</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>30/06/2019</u>	<u>01/04/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>	<u>01/01/2018 a</u> <u>30/06/2018</u>
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(38.610)	(75.998)	(41.048)	(82.331)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(4.393)	(8.739)	(4.461)	(9.033)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias	(20.768)	(38.274)	(15.379)	(36.679)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(7.055)	(15.060)
Perda com operações de derivativos	(6.563)	(9.421)	(11.514)	(21.607)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(48)	(138)
Capitalização de custos dos empréstimos	386	911	1.191	5.205
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	-	(2.055)	(4.004)	(9.093)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(4)	(2)	(6)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(456)	(1.254)	(919)	(1.675)
	<u>(70.404)</u>	<u>(134.834)</u>	<u>(83.239)</u>	<u>(170.417)</u>
Receitas Financeiras				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	6.880
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.661	1.661	346	346
Ganho com operações de derivativos	7.431	15.872	25.906	41.566
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value option</i>)	6.062	8.828	4.642	12.594
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.012	4.600	1.946	5.046
Juros e outras receitas financeiras	321	636	315	663
	<u>18.487</u>	<u>31.597</u>	<u>33.155</u>	<u>67.095</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(51.917)</u>	<u>(103.237)</u>	<u>(50.084)</u>	<u>(103.322)</u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:



Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2019			31/12/2018		
	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	11.915	-	-	12.240	-	-
Aplicações financeiras	369.330	-	-	20.883	-	-
Contas a receber	-	135.828	-	-	128.675	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.052	-	-	3.065	-
Contas a receber - operações de derivativos	111.281	-	-	106.213	-	-
Passivos						
Debêntures e notas promissórias (a)	(496.602)	-	(2.098.844)	(491.271)	-	(2.037.166)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(38.321)	-	-	(44.474)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(5.168)	-	-	(6.450)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(273.475)	-	-	(273.475)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.669)	-	-	(2.813)
	<u>(4.076)</u>	<u>138.880</u>	<u>(2.418.477)</u>	<u>(351.935)</u>	<u>131.740</u>	<u>(2.364.378)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas e mútuos - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	2.108.916	2.177.614	2.049.204	2.099.194



Notas Explicativas

- (a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia do valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 494.679 em 30 de junho de 2019 (R\$ 482.576 em 31 de dezembro de 2018, conforme detalhado a seguir:

Série	Taxa contratual	Taxa contratual - Swap	Custo amortizado (a)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	494.679
			494.679

- (a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	30/06/2019	31/12/2018
Nível 2:		
Aplicações financeiras	369.330	20.883
Derivativos	111.281	106.213
Debêntures e notas promissórias	(496.602)	(491.271)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.



Notas Explicativas

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:



Notas Explicativas

SWAP	Controparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
					Moeda local		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Moeda local		Moeda local	
					30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Posição ativa	Voorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	100.000	100.000	132.427	131.006	353	(60)	31.198	29.786	1.765	766		
Posição passiva	Voorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	98,90% do CDI	100.000	100.000	(101.229)	(101.220)	393	(18)	31.237	29.864	1.766	766		
Posição ativa	Voorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	50.000	50.000	132.427	131.006	193	(12)	15.616	14.926	883	383		
Posição passiva	Voorantim	27/10/2014	15/10/2019 (2)	97,65% do CDI	50.000	50.000	(101.190)	(101.142)	444	(71)	33.230	31.637	2.037	790		
Posição ativa	Voorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,428% a.a.	130.106	130.106	66.214	68.503	-	-	-	-	-	-		
Posição passiva	Voorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	97,85% do CDI	130.106	130.106	(50.598)	(50.577)	-	-	-	-	-	-		
Posição passiva	Voorantim	26/03/2015	15/10/2019 (2)	94,86% do CDI	130.106	130.106	164.771	163.003	-	-	-	-	-	-		
					380.106	380.106	111.281	106.213	1.383	(16)	111.281	106.213	6.451	2.705		
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/06/2019																
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018																
TOTAL DAS OPERAÇÕES							111.281	106.213	1.383	(10.125)	111.281	106.213	6.451	19.959		

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) O contrato possui vencimentos semestrais em abril e outubro de cada ano até o vencimento final.



Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2018</u>
Riscos cambiais	-	5.879
Riscos de juros	<u>6.451</u>	<u>14.080</u>
Total	<u>6.451</u>	<u>19.959</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em entendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2020 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (5) (6)	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25 %	Cenário B 50 %
Debêntures - 6ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Outubro de 2019	718.934	(18.922)	(20.732)	(22.533)
Debêntures - 8ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Julho de 2022	791.384	(69.670)	(76.525)	(83.380)
Debêntures - 9ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Agosto de 2021	317.554	(22.229)	(27.805)	(33.389)
Notas Promissórias - 5ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Outubro de 2020	775.723	(52.891)	(66.146)	(79.413)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Outubro de 2019	(329.786)	8.680	9.510	10.336
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Outubro de 2019	(164.133)	4.320	4.733	5.144
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Outubro de 2019	253.101	(4.755)	(5.912)	(7.058)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Outubro de 2019	131.665	(2.389)	(2.970)	(3.545)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁴⁾	CDI ⁽²⁾		369.330	23.347	29.181	35.015
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(134.509)</u>	<u>(156.666)</u>	<u>(178.823)</u>
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(157.856)	(185.847)	(213.838)
Efeito sobre as aplicações financeiras				23.347	29.181	35.015
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(134.509)</u>	<u>(156.666)</u>	<u>(178.823)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
		CDI ⁽²⁾		6,40%	8,00%	9,60%
		IPC-A ⁽³⁾		3,37%	4,21%	5,05%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 28/06/2019, divulgada pela B3;



Notas Explicativas

- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 28/06/2019, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1).

No decorrer do semestre findo em 30 de junho de 2019, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 16.411 referente ao direito de outorga variável (R\$ 16.022 no semestre findo em 30 de junho de 2018).

b. Compromissos relativos à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 30 de junho de 2019 esses compromissos estavam estimados em R\$ 19.313 (R\$ 25.902 em 31 de dezembro de 2018).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures e notas promissórias	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Total
Saldo Inicial	(2.528.437)	(273.475)	-	106.213	(2.695.699)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Pagamentos de juros	38.829	8.739	-	-	47.568
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	(1.383)	(1.383)
Dividendos pagos	-	-	178.568	-	178.568
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	38.829	8.739	178.568	(1.383)	224.753
Outras variações					
Despesas com juros, variação monetária	(112.611)	(8.739)	-	-	(121.350)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	6.773	-	-	6.451	13.224
Outras variações que não afetam caixa	-	-	(178.568)	-	(178.568)
Total das outras variações	(105.838)	(8.739)	(178.568)	6.451	(286.694)
Saldo Final	(2.595.446)	(273.475)	-	111.281	(2.757.640)



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Aos

Aos Acionistas e Administradores da,

Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Sistema Anhanguera - Bandeirantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019, as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Conforme nota explicativa 1.1, às informações contábeis intermediárias, do período findo em 30 de junho de 2019, foi celebrado por sua controladora, o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo ("Instrumento") do qual a Companhia é parte integrante. Os efeitos desse instrumento, aplicáveis a Companhia, foram refletidos nas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias emitidas. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro. A Companhia e sua controladora não puderam nos apresentar a totalidade das informações e documentação correlata, por estarem protegidas por segredo de justiça, conforme mencionado na referida nota explicativa. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas informações trimestrais. Conseqüentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes e/ou divulgações nas informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2019 e informações correspondentes divulgadas para fins de comparação.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2019



KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019.

Jundiaí-SP, 08 de agosto de 2019.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor Operacional



Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2019.

Jundiaí-SP, 08 de agosto de 2019.

ROGÉRIO CEZAR BAHÚ

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor Operacional

